



Anais da Assembléia

Nº 59

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 14 DE MAIO DE 1996

ANO XXIII

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º Secretário - PFL

EDGAR BUENO
3º Secretário - PDT

JOÃO TECHI
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

| | |
|---------------|--------------------------|
| Governo | Deputado ALGACI TÚLIO |
| PDT | Deputado VALDIR ROSSONI |
| PMDB | Deputado TOTI COLAÇO |
| PFL | Deputado ÉLIO LINO RUSCH |
| PT | Deputado IRINEU COLOMBO |
| PPB | Deputado DUÍLIO GENARI |
| PSDB | Deputado CESAR SILVESTRI |
| PTB | Deputado NELSON JUSTUS |

Representação Partidária

PDT – 11: Algaci Túlio - Edgar Bueno - Edno Guimarães - Joel Coimbra - Luiz Carlos Martins - Antonio Belinati - Luiz Carlos Zuk - Luiz Accorsi - Miltinho Puppio - Nelson Tureck - Valdir Rossoni; **PSDB – 10:** Albanor Gomes - Antonio Annibelli - Beto Richa - José Maria - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Edson Silva Lino - Joelito Canto - Ricardo Chab - Sergio Spada; **PMDB – 10:** Durval Amaral - Cleiton Kielse - José Tavares - Calisto Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; **PTB – 07:** Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Luiz Carlos Alborghetti - Hernas Brandão - Marquinhos Alves - Geraldo Cartário; **PPB – 06:** Duilio Genari - Neivo Beraldin - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Cesar Seleme - Augustinho Zucchi; **PFL – 05:** Basílio Zanusso - Élio Lino Rusch - Nelson Garcia - Remy Borsatto - Plauto Miró Guimarães; **PT – 05:** Angelo Vanhoni - Péricles Mello - Emerson Nerone - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo.

2.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 13.^a LEGISLATURA
ATA DA 39.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 14 DE MAIO DE 1996
(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados Nelson Garcia e Antonio Belinati.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Ângelo Vanhoni, Antonio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Pasílio Zanusso, Beto Picha, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cesar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Silva Lino, Eduardo Trevisan, Elío Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Porsatto, Picardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SP. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SP. 2.^o SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SP. 1.^o SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Requerimentos:

REQUERIMENTO N.^o 1324

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pelo art. 187, § 4.^o do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2.^a discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 14.05.96.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO N.^o 1325

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, retirada por 10 (dez) sessões, do item 13: 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.^o 088/96, de autoria do Deputado Algaci Túlio, constante da Ordem do Dia da presente sessão (14.05).

Sala das Sessões, em 14.05.96.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N.^o 1322

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER ato comemorativo ao 10.^o aniversário de tombamento da Serra do Mar no Plenário desse Poder, no dia 05.06.96, às 10:30 horas.

Sala das Sessões, em 14.05.96.

(a) BETO PICHA

JUSTIFICATIVA:

Há dez anos, em 05 de junho de 1986, Dia Mundial do Meio Ambiente, foi oficializado o Edital de Tombamento da Serra do Mar, preservando os 386 mil hectares de matas que cobrem desde a região de Guaraqueçaba, na divisa do litoral paulista, até a Serra do Araraquara, já na divisa de Santa Catarina. Este ato do Governo propiciou um maior controle da devastação provocada por grupos econômicos interessados em derrubar as últimas florestas nativas e despreocupados com consequências futuras.

O trecho paranaense da Serra do Mar é um dos mais bem preservados do Maciço Atlântico - é hoje nossa maior reserva de florestas: constitui 80% dos 5% a que foi reduzida a cobertura florestal original do Estado.

REQUERIMENTO N.^o 1328

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER autorização para o uso do horário no Pequeno Expediente, à Coordenação do Grito da Terra Brasil, representado pelas entidades: FETAEP, CUT, MST e CRAB.

Sala das Sessões, em 14.05.96.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

REQUERIMENTO N.^o 1330

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao Consórcio Intermunicipal para a Proteção Ambiental

da Bacia do Rio Tibagi, alusivos à Implantação do Selo de Qualidade Ambiental COPATI, a realizar-se no próximo dia 16 do corrente, no Município de Cambé.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Presidente daquele Consórcio, Senhor Luiz Eduardo Cheida, através de correspondência a ser encaminhada à Prefeitura Municipal de Londrina - PR.

Sala das Sessões, em 14.05.96.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 1331

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações aos Zootecnistas do Estado do Paraná, alusivos ao dia do Zootecnista, comemorado no dia 13 próximo passado.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Presidente do Sindicato dos Zootecnistas, Senhor Ivaldo Patrício, através de correspondência a ser encaminhada à Rua André de Barros, 671, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 14.05.96.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 1326

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido de moradores da Rua Marcelino Iachinski - Portão, os quais solicitam policiamento ostensivo nessa rua e proximidades, tendo em vista que há pessoas fazendo uso de drogas e causando apreensão de todos.

Pedem que o pedido seja atendido o mais breve possível, uma vez que o local está se tornando muito perigoso e a ação da polícia é imprescindível para a solução desse problema.

Sala das Sessões, em 14.05.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1327

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de atender o pedido dos moradores do Jardim Geanine, os quais solicitam que a máquina passe em todas as ruas do bairro, uma vez que as mesmas encontram-se em péssimas condições de conservação, causando sérios transtornos para toda a comunidade.

Sala das Sessões, em 14.05.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1329

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, autorização para uso do horário no Pequeno Expediente no próximo dia 16 de maio de 1996, à representante do SINDI/SEAB - Sindicato Estadual dos Servidores Públicos da Agricultura, Meio Ambiente, FUNDEPAR e afins, Sra. Norma Ferrari, que fará pronunciamento sobre a situação dos servidores, e do serviço público nas áreas afins.

Sala das Sessões, em 14.05.96.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

REQUERIMENTO N° 1332

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de reiterar o nosso pedido feito através do Requerimento LCM/AL/10.711/95 datado de 29.11.95, no qual foi solicitado a abertura de valetas e colocação de manilhas na Rua Um, atual Pará de Minas, localizada no Jardim Ipê. Infelizmente, passado cinco meses e alguns dias, o pedido não foi atendido. Na oportunidade foi encaminhado um abaixo-assinado dos moradores, anexo ao nosso requerimento já citado. Os moradores, cansados de esperar por uma solução, requerem novamente que a Prefeitura atenda o pedido, uma vez que o esgoto que corre a céu aberto tem prejudicado sensivelmente toda a população.

A situação que já era crítica naquela época, agravou-se ainda mais, necessitando ser sanada urgentemente. Anexo seguem as cópias do Requerimento LCM/AL/10.711/95 e respectivo abaixo-assinado.

Sala das Sessões, em 13.05.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1334

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Secretário de Estado dos Transportes, Dr. Deni Lineu Schwartz, solicitando a construção de uma ponte no Rio Chopin, próximo a localidade de Cachoeirinha, divisa dos municípios de Pato Branco e Honório Serpa.

Sala das Sessões, em 14.05.96.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

A Comunidade Sudoestina, há muitos anos reivindica a construção de uma ponte

na localidade de Cachoeirinha, divisa dos Municípios de Pato Branco e Honório Serpa, onde a travessia é realizada precariamente por uma balsa.

No dia 04 de maio de 1996, um acidente envolvendo a balsa ocasionou a morte do trabalhador caminhoneiro, Sr. Luiz Ruaro, irmão do Vereador Osvaldo Ruaro, da Câmara Municipal de Pato Branco.

Inúmeras foram as advertências às autoridades, sempre com o retorno de que a ponte seria construída.

Na referida balsa, atravessam automóveis e veículos de grande porte, criando um clima de pânico entre a população, que obrigatoriamente utiliza aquele trajeto.

REQUERIMENTO N° 1336

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, o encaminhamento de expediente aos representantes do Paraná no Senado Federal e na Câmara dos Deputados no sentido de adotar procedimentos para agilizar a tramitação e definir prioridade para aprovação do processo do Novo Estatuto da Micro e Pequena Empresa.

Requer ainda, que do presente se dê ciência aos Vereadores: Carlos Roberto Galindo Garcia, Luiz Carlos Baradel e Oswaldo Luiz Alves, na Câmara Municipal de Sarandi, Av. Londrina n° 964, Caixa Postal n° 070, CEP: 86.985-000.

Sala das Sessões, em 14.05.96.

(a) JOEL COIMBRA

JUSTIFICATIVA:

A pequena empresa é o caminho para o Brasil atingir o desenvolvimento, assim como fizeram os países considerados do primeiro mundo.

A situação do país é favorável a mudanças. O governo pretende acabar com as desigualdades sociais no país.

Uma das formas de resolver essa situação - das desigualdades - é dar força à Micro e Pequena Empresa. Assim poderemos criar empregos, espalhar riquezas por todas as regiões, gerando empregos, que irão contribuir decisivamente para resolver o impasse que vive a Previdência Social devido o aumento da arrecadação tributária.

O novo estatuto permitirá que as microempresas e empresas de pequeno porte saiam da economia informal, onde hoje, trabalha 57% da população economicamente ativa.

Isso, fará com que, na economia informal, tanto os micro como os pequenos empresários contribuam com a Previdência Social, passando a pagar normalmente seus impostos, de acordo com a nova proposta legal, diminuindo consideravelmente a carga tributária sobre as empresas.

"CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI

Sarandi, 23 de abril de 1996.

Senhor Deputado.

Solicitamos a Vossa Excelência, que interceda junto aos Deputados Federais e Senadores que representam o Estado do Paraná em Brasília, para que estes possam agilizar a aprovação do Novo Estatuto da Micro e Pequena Empresa, que se encontra no Congresso Nacional.

Respeitosamente,

(aa) ACARLOS ROBERTO GALINDO GARCIA

Vereador e Líder da Bancada do PDT

LUIS CARLOS BARADEL

Vereador - PTB

OSVALDO LUIZ ALVES

Vereador e vice-Líder da Bancada do PTB

A S. Exa. Sr. Deputado Joel Coimbra
Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Curitiba/PR"

REQUERIMENTO N° 1337

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, solicita envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Odacir Klein reiterando a urgente revisão das demissões dos trabalhadores da Rede Ferroviária Federal S.A., em nosso Estado.

A nossa solicitação ocorre na medida em que apesar da manifestação de diversas entidades de classe, e de Deputados Estaduais do Paraná, favoráveis a reintegração desses trabalhadores a suas funções até o momento não houve diligências nesse sentido.

Sala das Sessões, em 14.05.96.

(a) DOUTOR ROSINHA

REQUERIMENTO N° 1323

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, o envio de expediente ao Senhor Ramiro Wahrhaftig, Secretário de Estado de Educação, solicitando informações sobre o processo de contratação da empresa que fará o seminário da Secretaria de Estado de Educação, para os professores em Faxinal do Céu.

- Quantas e quais empresas, retiraram cópia do Edital da Licitação?
- Quais apresentaram proposta?
- Qual a empresa vencedora e quais os critérios usados?
- Se o critério foi sempre técnico; especificá-los.
- Houve algum recurso administrativo de ação judicial de alguma empresa em relação a este processo?
- Se houve ação judicial qual o seu número e em que Vara está tramitando?
- Cópia do contrato assinado entre a em-

presa contratada e a SEED.

Além destes solicitamos:

- Porque tal ou tais seminários não são feitos através dos próprios professores das instituições de ensino superior do Estado?
- Qual o montante que será despendido para tais seminários e qual a origem orçamentária (rubrica)?

Sala das Sessões, em 14.05.96.

(a) DOUTOR ROSINHA

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 179/96

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual James Patrick Clark, ensino de Primeiro Grau, Supletivo e Segundo Grau, com sede e foro no Município de Terra Rica.

Art. 2° - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.05.96.

(a) WALMOR TRENTINI

JUSTIFICATIVA:

A APM do Colégio Estadual James Patrick Clark, ensino de Primeiro Grau Supletivo e Segundo Grau, é uma associação civil sendo órgão de representação dos pais e professores do estabelecimento, sem fins lucrativos, de duração ilimitada, com sede e foro no Município de Terra Rica.

São objetivos da APM discutir, colaborar e decidir sobre as ações para a assistência ao Educando, o aprimoramento do ensino, e para a integração família-escola-comunidade; prestar assistência aos educandos assegurando-lhes condições de eficiência escolar; integrar a comunidade no contexto escolar, discutindo a política educacional, visando sempre a realidade dessa mesma comunidade; proporcionar condições ao educando, criticar e participar de todo o processo escolar, estimulando sua organização livre em grêmios estudantis; representar os reais interesses da comunidade e dos pais de alunos junto a escola contribuindo, dessa forma, para a melhoria do ensino e da melhor adequação dos planos curriculares; promover o entrosamento entre os pais, alunos, professores e membros da comunidade, através de entidades sócio-educativa-desportivas; contribuir para a melhoria e conservação do aparelhamento e do estabelecimento escolar, sempre dentro de critérios e prioridade, sendo as condições dos educandos fator de máxima prioridade.

Esta associação civil necessita rece-

ber os benefícios da legislação estadual referente à declaração de utilidade pública.

Tendo em vista os motivos supracitados contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação da proposição que ora apresentamos.

PROJETO DE LEI N° 180/96

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica proibida a construção de novas obras públicas enquanto houver obras em andamento ou inacabadas.

Art. 2° - Os novos contratos somente poderão ser firmados após garantidos os recursos específicos para concluir todas as obras em andamento.

Art. 3° - No caso de paralisação de obras públicas por motivos externos à competência de atuação da entidade contratante, esta obriga-se a tomar todas as medidas necessárias à solução das eventuais pendências e constituir provisão específica de recursos necessários para a conclusão das obras em andamento ou paralisadas.

Art. 5° - O não cumprimento do estabelecido nesta lei resulta em crime de responsabilidade ao administrador público que lhe der causa.

Sala das Sessões, em 14.05.96.

(a) GERALDO CARTARIO

JUSTIFICATIVA:

Há inúmeras obras paralisadas no Estado do Paraná, gerando prejuízos ao erário e às comunidades que delas necessitam. É preciso então que se faça um esforço para reverter esta situação no menor prazo possível, possibilitando assim que tais obras sejam retomadas e concluídas.

Não se pode admitir o início de novas obras sem que haja garantia de recursos para concluir aquelas em andamento ou paralisadas, tornando-se necessário então que os órgãos responsáveis reorganizem suas programações e tomem as medidas cabíveis para concluí-las no mais breve prazo possível.

Obviamente, em situações alheias à vontade da entidade contratante, como é o caso, por exemplo, de demandas judiciais, não se pode exigir solução imediata. Entretanto, cabe nestes casos a ação firme e decidida do Estado para resolver todas as pendências de forma a propiciar a conclusão das referidas obras.

Tendo em vista o exposto, e considerando, principalmente, que a falta de conclusão de obras pode resultar em grandes prejuízos para o erário, inviabilizando assim a aplicação de mais recursos em ou-

tras áreas prioritárias, torna-se imperativa a aprovação deste projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Concedo a palavra ao Deputado Sérgio Spada.

O SR. SÉRGIO SPADA - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhora Deputada Irondi Pugliesi.

Quero registrar com satisfação e dar as boas vindas a uma Comissão de Parlamentares, Deputados Federais, que oficialmente criaram a Comissão do Governo, da Câmara dos Deputados, para fazer uma visita oficial ao vizinho país do Paraguai, para checar "in loco" as graves denúncias divulgadas na imprensa a respeito de exploração, de tortura, de prisões ilegais de brasileiros no vizinho país, o Paraguai.

Essa comissão encontra-se no Paraguai. Tenho mantido contatos com acompanhantes desta comissão, com os próprios parlamentares e, lamentavelmente, está se confirmando tudo aquilo que havia sido denunciado. Cerca de cento e oitenta brasileiros, na maioria paranaenses estão presos no vizinho país. Apenas 20% com processo formal no Judiciário, transitado e julgado, o restante presos de forma totalmente arbitrária, inclusive, dentre esses presos de forma totalmente arbitrária, um menor de apenas doze anos de idade.

Esse pessoal preso no Paraguai, é lógico, assim como no Brasil, até pela falência do sistema penitenciário do Paraguai, como também do Brasil, passam momentos de verdadeiro horror. Não tem condições de se comunicar com advogados, com parentes, ficando literalmente ilhados, isolados da sociedade.

Eu saúdo a Comissão de Parlamentares, que veio de Brasília, composta por um Deputado de Goiás, o Sr. Wilson Santos, o Deputado do Paraná, do PC do B, Ricardo Gomide e o Deputado do PT, Padre Roque Zimmerman, estão fazendo um belo trabalho e tenho a desejar a estes parlamentares, que tenham sucesso nesta empreitada, mantendo contatos formais com autoridades e lideranças do Paraguai para resolver, ou pelo menos minimizar esse grave problema.

É importante frisar, que como Deputado, que represento aquela região, fiz um Requerimento a esta Casa, que não foi apreciação, porque o nosso Presidente, Anibal Khury, julgou que há que haver uma formalidade de Itamaraty, porque na verdade é uma questão complicada, é um país dependente e é em outro país. Nós sem cumprirmos esta formalidade não poderíamos ir para lá.

O Congresso tomou todas as providências e os parlamentares lá estão nos representando.

Concedo um aparte, com prazer, ao Deputado José Tavares.

O Sr. José Tavares - Nobre Deputado Sérgio Spada, apenas para me associar as palavras de V.Exa. e dizer, que individualmente encaminhei também o expediente ao Governador do Estado, fazendo uma síntese dessa triste realidade, no vizinho país, o Paraguai e pedindo a Sua Excelência, que interceda junto ao Governo Federal, mais especificamente junto ao Itamaraty, para que o Itamaraty possa, em nome das autoridades paranaenses, estando a frente o Governo do Estado com o seu prestígio e o seu peso, possa interferir junto as autoridades Paraguaianas no sentido de que esses absurdos sejam resolvidos de forma definitiva.

Diz também dentro do expediente, ao nobre Secretário da Justiça e da Cidadania, que é o Procurador da Justiça, um homem com um profundo conhecimento do direito e cuja Pasta também compete se debruçar sobre questões como estas de violação de direitos e do resguardo da cidadania dos nossos irmãos brasileiros.

Portanto, acho que V.Exa. traz em boa hora este assunto a análise desta Casa - lamento que esta Casa também não tivesse se posicionado, e evidentemente eu estaria solidário no sentido de se ter uma Comissão para também fazer esse acompanhamento, em que pese V.Exa. como Deputado da região estar acompanhando de perto essa questão.

Mas de qualquer maneira, enviei expediente ao Governador do Estado, solicitando a sua interferência junto ao Itamaraty e também ao Secretário da Justiça, no mesmo sentido.

O SR. SÉRGIO SPADA - Deputado Tavares, sabedor que sou do seu profundo conhecimento como profissional da área de Segurança, como ex-Secretário de Justiça, as suas palavras reforçam a posição que não é minha, é desta Casa, porque afinal de contas são brasileiros que estão lá e mais do que brasileiros, Deputado Tavares, uma grande maioria são cidadãos paranaenses com os quais nós temos a responsabilidade de fazer algo, no sentido de lutar pela defesa dos direitos humanos desses cidadãos.

Espero ainda - acho que está sendo tomada alguma providência por parte da Casa - que a Assembleia Legislativa não se omita, não se omita nesta questão e tão logo proceda os contatos com as autoridades nacionais, e que possamos nós também fazer uma visita para dar continuidade a este trabalho que está sendo feito pelos Deputados Federais.

Senhor Presidente, estou no Horário

das Lideranças, são dez minutos, então tenho mais três minutos.

Queria comunicar a Casa e convidar a todos os Parlamentares para um evento que a Comissão de Turismo desta Casa estará realizando no próximo dia 24 de maio, sexta-feira da semana que vem, na parte da manhã. O evento tem como tema o primeiro encontro paranaense de turismo e desenvolvimento, temos a presença confirmada do Presidente da EMBRATUR, o Dr. Caio Luiz de Carvalho que fará uma palestra sobre o turismo, como o fator de desenvolvimento, temos a presença e uma palestra confirmada do Secretário de Turismo do Estado do Paraná, o Sr. Silvío Magalhães de Barros, e temos também a presença confirmada da senhora Maria da Conceição K., uma das técnicas do FUNDDES, que trata exatamente do fomento e do incentivo ao turismo desse Banco Oficial do Governo Federal, que por sinal, segundo informações tem muitos recursos para serem investidos no setor com juros atrativos e outros incentivos para essa importante atividade que é o turismo.

Portanto, desde já convido a todos os colegas Parlamentares desta Casa, especial aos membros da Comissão de Turismo da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, para que nos ajude a realizar esse encontro que acredito vai ser de grande valia para o Estado do Paraná. Os números a respeito dessa atividade econômica são realmente marcantes e chamam a atenção de toda a sociedade.

Tenho informações aqui que o turismo movimentou no ano de 1995, 3,6 trilhões de dólares, essa atividade é responsável pela geração de mais de 255 milhões de empregos no mundo e que é responsável pela movimentação de 10% do Globo terrestre, 10% de todo o PIB, é muito dinheiro.

E o Paraná, que tem vocação para o turismo, tem atrativos extraordinários no litoral na região dos Campos Gerais, no Norte pioneiro, que têm o privilégio de ter a estrutura e os atrativos que tem uma Cidade como Foz do Iguaçu, entre eles Cataratas do Iguaçu, entre eles a Itaipu Binacional, o Parque Nacional do Iguaçu que é patrimônio da Humanidade que tem pelo menos, essa é a versão oficial, nas políticas de governo uma posição firme de incentivo, de incremento ao turismo com projetos inclusive arrojados para o setor, que têm na Secretaria de Turismo homem competente, conhecedor da causa e das questões, como o Secretário Silvío Barros, que tem na Presidência da PARANATUR empresários no setor Iguazuense, Bevenuto, que têm nessa Assembleia Legislativa além desse Parlamentar outros tantos parlamentares que defendem o incentivo e incremento ao turismo.

A Assembleia Legislativa toma essa

iniciativa no sentido de criar fatos, elaborar propostas, discutir caminhos e forma de aproveitar o potencial turístico do Estado do Paraná, particularmente dessas cidades consideradas turísticas. Porque o turismo conforme eu falei é uma das poucas atividades econômicas do Brasil em franco crescimento, assim como o é no mundo.

É por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que mais uma vez convido a todos os companheiros a participarem dessa jornada que será realizada em nome da Casa.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Antes de continuarmos com o Horário das Lideranças é com satisfação que temos em nosso plenário os ilustres Vereadores de Ponta Grossa, Vereador Delmar Pimentel, Presidente daquela Casa de Leis da nossa cidade; Vereadora Nasi Massalum (?); Vereador Luiz Eugenberg; Vereador Oldemar Andrade, acompanhados pelo Departamento Jurídico Dr. Luiz Augusto e Dr. Ricardo Brandão, que nos honram com suas presenças nessa Casa, bem como outros senhores visitantes.

Concedo a palavra ao PTB.

(Declina)

Concedo a palavra ao PT.

Deputado Emerson Nerone.

O SR. EMERSON NERONE - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Há várias matérias interessantes hoje no Jornal do Estado, na pág. 3 principalmente com relação ao Deputado Eduardo Trevisan, mas eu gostaria apenas de ler na íntegra o que saiu no caderno B do Jornal do Estado dessa terça-feira, uma matéria inclusive lida hoje no programa Carlos Simões, na parte da manhã que têm o título "Guarda faz protesto pedindo esmolas".

(Lê): "O Guarda Municipal de Curitiba Gerson Aparecido, 31, arranhou um jeito diferente para protestar contra os baixos salários da categoria. Na noite do último sábado ele saiu às ruas fardado para pedir esmola. Somente na Rua 24 Horas arrecadou R\$ 28,00, o equivalente a quase 10% do que ganha durante um mês para cumprir uma jornada diária de seis horas. 'Sei que vou sofrer algum tipo de punição administrativa dos meus superiores, mas do jeito que a situação está, pior não vai ficar', lamenta.

Casado e pai de três filhos, Aparecido contou que com o salário que ganha não está conseguindo sustentar a família. O aluguel da casa no valor de R\$ 100,00 está atrasado e há dois meses não paga as faturas de água e luz. 'As contas estão se acumulando e nós não temos nem o que comer', contou.

Aparecido disse que trabalha na Guarda Municipal há cinco anos. O salário dele - nível 3 - é de R\$ 290,00, mas computando os descontos sobram apenas R\$ 175,00. 'Não temos nenhum benefício extra. A Prefeitura podia oferecer pelo menos vale refeição sem que haja desconto em folha'.

Com o dinheiro arrecadado no sábado, o policial pôde comprar mantimentos para garantir a alimentação da família por três dias. Ontem pela manhã, aproveitando a folga do serviço, voltou novamente às ruas para pedir esmola. 'Pretendo continuar com o protesto até que as autoridades se sensibilizem com a nossa situação', afirmou Gerson."

Só para completar, Deputado Romanelli, Deputado Carlos Simões, Ângelo Vanhoni, Deputado Florisvaldo Fier e todos os Deputados da Região Metropolitana de Curitiba e principalmente de Curitiba, aqui no jornal diz, o guarda na sua simplicidade disse que ele está fazendo isto em forma de protesto, ele não se expressou muito bem, pois na verdade é uma forma desesperada de buscar recursos sem que precise apelar a roubo, sem que precise apelar para a violência, e a única forma que o guarda municipal encontrou para conseguir, ao mesmo tempo arrecadando recursos, conseguir o sustento da sua família e também em termos de protesto foi pedindo esmolas.

Concedo um aparte ao Deputado Romanelli e depois quero comentar sobre as prefeituras do PMDB, do PDT, do PT do Paraná que pagam salários maiores do que esta cidade de primeiro mundo.

O Sr. Luiz Cláudio Romanelli - Deputado Nerone, V.Exa. que é um Deputado de Maringá, do Norte do Estado traz à tona na verdade um assunto que de muito perto nos toca a todos. Agora, que cidade é esta, que Prefeito Rafael Greca tem nos comerciais de televisão dito, Deputado Luiz Carlos Martins, o Prefeito diz que é uma cidade de primeiro mundo, faz em verso e em prosa, faz monumentos, inaugura cavalos que vomitam água, fontes que são da vaidade e de desperdício e, não cuida das coisas mais simples da cidade como de pagar o salário digno para a nossa guarda municipal. Isto na verdade é fruto da vaidade, fruto do desperdício.

Deputado Nerone, se me permite vou ler aqui o que uma simples funcionária desta Casa encaminhou à Mesa Diretora dos Trabalhos hoje um manifesto desesperado.

Vou ler, quem assina aqui é Cristina.

(Lê):

"Senhor Presidente e distintos Deputados.

O Senhor Prefeito Rafael Greca de Macedo, não auxilia a creche das Vilas de São Braz, não está enviando materiais às

criancinhas.

Elas estão sofrendo demais.

O alimento delas é somente água, e não iogurte.

O cercado da creche está todo em aberto ele não manda fechar.

Podem ler em plenário.

Cristina."

Vejam o que nós tivemos este relato hoje. A propaganda diz que a farmácia básica, que tem remédio no posto de saúde, vá hoje a qualquer posto de saúde municipal de Curitiba e você vai verificar se encontra algum remédio para atender a população de Curitiba mais pobre e sofreda.

Vossa Excelência está de parabéns de trazer a esta tribuna um assunto que é na verdade de alta preocupação, e chega de propaganda, chega de marketing político, porque eu já estou cheio, não aguento mais ligar a televisão e ver o poder público gastando dinheiro em propaganda.

Muito obrigado.

O SR. EMERSON NERONE -- Gostaria, só para encerrar, frisar o que o Deputado Romanelli acabou de dizer, o que é gasto de propaganda dizendo que esta Cidade de Curitiba é uma cidade de primeiro mundo, dizendo que vai transformar o Paraná em primeiro mundo, é um absurdo.

A Vila Rural de Apucarana que custou em toda sua implantação 280 mil reais, teve com gastos de publicidade o equivalente a 200 mil reais. Para vender o peixe da Vila Rural de Nova Ucrânia foi gasto quase tanto dinheiro de propaganda quanto isso.

Srs. Deputados, se Curitiba faz obras de primeiro mundo, tem uma cultura de primeiro mundo e se os construtores desse primeiro mundo não podem entrar nas obras de primeiro mundo e não podem usufruir das obras de primeiro mundo porque ganham salários miseráveis, então voltamos à época da Babilônia, dos jardins babilônicos, onde os escravos construíram e depois eram retirados da cidade porque não poderiam se misturar com a classe burguesa, com a classe imperial que fazia depois, uso das construções.

Queria apenas deixar este alerta. Estamos na Capital de primeiro mundo com um povo de terceiro mundo, com um povo de salário de terceiro mundo. Enquanto o Prefeito Rafael Greca e todo o PDT de Curitiba com os grupos de aliança que formam o Governo há quase 8 anos, se dizem mentores intelectuais desse proposta de cidade de primeiro mundo.

Gostaria, apenas, de ressaltar: esse guarda, que derruba por terra toda a pretensão. E lembrando, também, que em termos de salários temos duas cidades no Paraná e me orgulho de poder participar de alguma forma dessas duas administrações. Fui ve-

reador nos dois primeiros anos na Cidade de Maringá entre 92 e 94. E Maringá tem, hoje, o 2º maior salário dos funcionários públicos do Estado do Paraná. O prefeito Said Ferreira conseguiu recuperar os ganhos e o piso mínimo é muito maior do que o que esse guarda municipal ganha. E a cidade que mais bem paga, que mais bem remunera seus servidores é exatamente a única cidade administrada pelo PT, no Paraná, que é a Cidade de Londrina com muito menos cargos de confiança, com muito menos cargos elitistas do que os cargos oferecidos aqui pelo prefeito Rafael Greca na Prefeitura Municipal.

Concedo aparte ao Deputado Neivo Beraldin.

O Sr. Neivo Beraldin - V.Exa. tem razão do muito que diz desta tribuna. Mas hoje aconteceu mais um fato, aqui, interessante. Muitos Deputados estão achando estranho que o Presidente da Federação de Futebol do Estado do Paraná tenha vindo a esta Casa para agradecer os Srs. Deputados com uma carteirinha para que eles tenham acesso ao futebol, gratuitamente. Acho que essas carteirinhas poderiam ser repassadas para quem não pode pagar ingresso, como, por exemplo, para os meninos de rua, à ASSOMA, e não aos Srs. Deputados Estaduais. Eu, de minha parte, a minha pode ser doada a um menino de rua, a um menino da ASSOMA. Mas, agradeço.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Está na tribuna o Deputado Emerson Nerone trazendo aqui uma informação que não tem nada a ver com o aparte feito pelo Deputado Neivo Beraldin. Tenho impressão que o Deputado ainda não acordou e evidentemente entrou num assunto totalmente fora do que está sendo discutido, aqui, neste momento.

Mas quero aproveitar e lhe pedir um aparte.

O SR. EMERSON NERONE - Apenas quero fazer um comentário. Isso é exatamente um apelo porque sei que o senhor é um dos concorrentes à prefeitura. Sei que seu espírito público é democrático vai superar e muito, uma vez se ganhar do Deputado Angelo Vanhoni à Prefeitura de Curitiba, o senhor, obviamente, vai ser um dos homens que reconstruirá a história dos servidores públicos. Estou fazendo, apenas, uma crítica pontual a um prefeito que diz e obviamente o PDT se aproveita um pouco disso que esta é uma cidade de 1º Mundo. Então só quero ressaltar, aqui, que é necessário que os construtores da cidade de 1º Mundo possam nela viver.

Em cima disso dou o aparte.

O Sr. Algaci Túlio - Agradeço o aparte. E devo dizer a V.Exa. que não tenho os dados

em mãos. Mas as informações que consegui captar hoje, pela manhã, com relação a este servidor público que pertence à nossa guarda municipal e que tive o orgulho de ter como meu Projeto, juntamente na época com o Vereador José Maria Correia, do PMDB, Vereador Horácio Rodrigues, três projetos versando sobre o mesmo assunto e criamos a nossa Guarda Municipal. Tenho um carinho muito grande pela Guarda Municipal.

Confesso que fiquei chocado quando vi esta fotografia e procurei captar algumas informações que ainda não chegaram até o Gabinete, mas apenas o que eu tenho de dados nas mãos é que este cidadão, segundo informação do Secretário de Segurança do município, é um servidor que não tem cumprido corretamente com suas obrigações, tem faltado constantemente ao serviço, que o salário que ele está dizendo na reportagem é um salário que tem que ser acrescido ainda a ele 30%, se não me falha a memória, de risco de vida, e mais alguns benefícios. Claro que não é o salário suficiente para o servidor público do município e nem é também e todos nós reconhecemos o salário do servidor do Estado, está muito aquém daquilo que merece o nosso servidor, mas tenho a impressão que está havendo algum exagero, alguma má informação nesta denúncia.

Mas de qualquer maneira, vou procurar me inteirar melhor e procurar trazer a informação necessária aqui a esta Casa.

O SR. EMERSON NERONE - Só queria lembrar que somando 30% nós vamos ter 277 reais e 50 centavos para um trabalho noturno, de guarda...

(Vozes paralelas)

O SR. ANGELO VANHONI - Só gostaria de perguntar ao nobre Deputado Algaci Túlio se ele vai aumentar o salário da Guarda Municipal, se for Prefeito desta cidade, ou não?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Tempo encerrado.

Passo a palavra para a Liderança do Governo.

O SR. EMERSON NERONE - Sr. Presidente, apenas para encerrar, já que a Liderança do Governo tomou uma parte do meu tempo, justamente. Gostaria de deixar apenas aqui este protesto.

Deputado Algaci Túlio, sei que mesmo que o servidor não seja um servidor exemplar, mesmo que nós tivéssemos este pressuposto, o fato dele buscar as malas...

(É tirado o som)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Walmor Trentini, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

ITEM 01

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 018/96, de autoria do Deputado Edno Guimarães, que dá nome ao Viveiro Florestal do IAP do Município de Cianorte, de Antonio Joaquim Pacagnan, conforme especifica. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 02

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 060/96, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, que institui o Selo Verde no Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.A.I.C. E C.E.M.A..

Sobre o referido projeto, Emenda de Plenário, de autoria dos Senhores Deputados Algaci Túlio e Luiz Carlos Martins, com apoio dos Senhores Deputados Luiz Carlos Zuk, Jocelito Canto e Plauto Miró Guimarães, nos seguintes termos:

PROJETO DE LEI N° 060/96
EMENDA DE PLENÁRIO N° 01

Dá a nova redação ao artigo 1° e 2° do Projeto de Lei n° 060/96, que passa a ter a seguinte redação:

Art. 1° - "Fica instituído o "Selo Verde", com o objetivo de identificar produtos e processos desenvolvidos, produzidos, fabricados e/ou comercializados no Estado do Paraná, que não causem danos ao meio ambiente.

Art. 2° - Compete às Secretarias de Estado do Meio Ambiente - SEMA; Indústria e Comércio e do Desenvolvimento Econômico - SEID e da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - SEUS com participação do Instituto de Tecnologia do Paraná - TECNAR, a administração e a aplicação das medidas necessárias à consecução dos objetivos de

que trata esta lei."

Sala das Sessões, em 14.05.96.

(aa) ALGACI TÚLIO

LUIZ CARLOS MARTINS

Apoio: Luiz Carlos Zuk, Jocelito Canto, Plauto Miró Guimarães.

O Projeto retorna à Comissão de Constituição e Justiça.

ITEM 03

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 075/96, de autoria do Deputado Antonio Relinati, que declara de Utilidade Pública o Centro Educacional "Penascer" de Londrina. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 078/96, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que declara de Utilidade Pública a Academia de Ciências Contábeis do Paraná, em Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 079/96, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Amigos da Paróquia do Rm Jesus dos Perdões, com sede e foro em Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 095/96, de autoria do Deputado Walmor Trentini, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores de Graciosa, com sede e foro na Cidade de Paranavai. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 123/96, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que declara de Utilidade Pública o Centro de Informática para Deficientes Visuais "Professor Hermann Görden", com sede e foro em Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 011/96, de autoria do Deputado Walmor Trentini, que declara de Utilidade Pública o Educandário Nossa Senhora Aparecida, com sede em Paraíso do Norte, Estado do Paraná. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. n° 03, de 26.02.96)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 011/96

P A R E C E R:

O plano de lei em questão, de autoria do Deputado Walmor Trentini, declara de Utilidade Pública o Educandário Nossa Senhora Aparecida, com sede em Paraíso do Norte.

Analisando a matéria, constatamos que a mesma preenche os requisitos da Lei nº 6.994 de 10 de janeiro de 1978, que dispõe sobre normas para declaração de Utilidade Pública de Sociedades Cíveis, Associações e Fundações constituídas no Estado do Paraná.

Em razão do exposto, no âmbito da competência desta Comissão, emitimos nosso parecer favorável à tramitação do Projeto de Lei nº 011/96.

Sala das Comissões, em 07.05.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
FMEPSON NEFONE - Relator

ITEM 09

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 030/96, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que concede Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Exmo. Sr. Dr. Luiz Roberto Werner Rocha, conforme específica. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 05, de 08.02.96)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 030/96

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei nº 30/96, de autoria do Deputado Algaci Túlio, objetiva conceder o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao ilustre Advogado, Dr. Luiz Roberto Werner Rocha.

Tendo analisado o projeto e o currículo do referido advogado, esta Comissão entendeu justa e merecida a concessão do citado título, face aos relevantes serviços prestados à sociedade paranaense e sobretudo ao exemplar companheirismo profissional, seja no labor advocatício como no exercício da docência ao longo de sua carreira, servindo de espelho aos seus discípulos e colegas de profissão.

Com esta análise e sob esta ótica, este Relator vem emitir seu parecer favorável à sua tramitação e aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23.04.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

ITEM 10

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 044/96, de autoria do Deputado Valdir Rossoni, que declara de Utilidade Pública a Associação de Promoção Humana e Evangelização Padre Ladislau Maibuk - APHELM, com sede e foro no Município de União da Vitória. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 08, de 05.03.96)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 044/96

P A R E C E R:

Para análise desta Comissão de Constituição e Justiça, a proposição de iniciativa do nobre Deputado Valdir Rossoni, protocolado sob nº 1.565/96, que declara de Utilidade Pública, a Associação de Promoção Humana e Evangelização Padre Ladislau Maibuk - APHELM, com sede e foro no Município de União da Vitória.

A presente proposição encontra-se devidamente acompanhada de documentação exigida pela lei, nada havendo que obste sua tramitação regimental, sendo inegável o mérito da presente proposição.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando nela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17.04.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
CÉSAR SELEME - Relator

ITEM 11

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 046/96, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Moradores e Amigos da Vila Formosa, com sede e foro na Cidade de Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 13, de 11.03.96)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 046/96

P A R E C E R:

O projeto de lei de autoria do ilustre Deputado Luiz Claudio Romanelli tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a Associação de Moradores e Amigos da Vila Formosa, com sede e foro na Cidade de Curitiba.

A Comissão de Constituição e Justiça, ao proceder a análise, verificou que a associação encontra-se dentro dos parâmetros da Lei de Utilidade Pública, ostentando inclusive, a Lei de Utilidade Pública Municipal da Cidade de Curitiba, Lei nº 7.785.

Ante o exposto, este relator vem emitir o parecer favorável, da CCJ, à tramitação normal do presente projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23.04.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

ITEM 12

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 080/96, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que declara de Utilidade Pública a Associação Recanto da Criança Feliz em São João do Ivaí - PR. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 20, de 21.03.96)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 080/96

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Orlando Pessuti, o Projeto de Lei n° 080/96 pretende declarar de Utilidade Pública a Associação Recanto da Criança Feliz, com sede e foro na Cidade de São João do Ivaí.

Procedida a análise regimental, legal e constitucional, não encontramos qualquer óbice à normal tramitação do referido projeto, estando o mesmo de acordo com os preceitos da lei que especifica os requisitos para declaração de Utilidade Pública.

Nestas condições, nosso parecer é favorável à aprovação do Projeto de Lei n° 080/96, ora em exame.

Sala das Comissões, em 24.04.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CAÍTO QUINTANA - Relator

ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 88/96, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa Pró-Escola no Estado do Paraná, disciplina a utilização e inserção de publicidade no material escolar, equipamentos e instalações escolares da Rede Pública de Ensino e dá outras providências. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. (Publ. no D.A. n° 23, de 26.03.96)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 088/96

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa Pró-Escola no Estado do Paraná, disciplina a utilização e inserção de publicidade no material escolar, equipamentos e instalações escolares da Rede Pública de Ensino e dá outras providências.

Após a análise da proposta, constatamos que esta não fere qualquer dispositivo constitucional, legal e regimental.

Pelos motivos acima expostos, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 23.04.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

ANTONIO BELINATI - Relator

O SR. IRINEU COLOMBO (Pela Ordem) - Há um Requerimento postado na Mesa, referente a este projeto de lei.

O SR. ALGACI TÚLIO - O Projeto é o n° 88/96, Senhor Presidente?

Há um comum acordo e estou retirando o projeto por três sessões. O requerimento está sendo encaminhado à Mesa neste

instante.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Senhores Deputados que aprovam o requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente pedindo a retirada do projeto por três sessões, conservem-se como estão. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 03 (três) sessões do Projeto de Lei n° 088/96.

O SR. IRINEU COLOMBO (Pela Ordem) - Apenas enfatizar, o nosso requerimento, Senhor Presidente, pedia o encaminhamento deste projeto à Comissão de Educação, se Vossa Excelência entender assim pela magnitude, já que trata com relação as escolas estaduais, que houvesse a manifestação da Comissão de Educação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Neste interregno o projeto irá à Comissão de Educação.

Sobre a mesa, Requerimento n° 1328, de autoria do Senhor Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

A Mesa, seguindo a tradição, vai conceder a palavra a um representante por 5 minutos.

Requerimento n° 1329, de autoria do Senhor Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Cinco minutos também.

Requerimentos n°s 1301 a 1303, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constantes do expediente de sessão anterior. **Retirados pelo autor.**

Requerimento n° 1322, de autoria do Senhor Deputado Beto Richa, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1323, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente. **Em Discussão.**

UM SR. DEPUTADO (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento n° 1337, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1324, de autoria do

Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 1326, 1327 e 1332, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 1330 e 1331, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1334, de autoria do Senhor Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1336, de autoria do Senhor Deputado Joel Coimbra, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 15, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

- 2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 475/95, 011, 030, 044, 046 e 080/96.
- 1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 282/95, 071, 171 e 172/96.

Marco ainda uma sessão extraordinária, para logo após o término da presente sessão, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições n°s 040, 041 e 042/96.

Levanta-se a sessão.

Atas das Comissões:

- 2ª COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
SESSÃO LEGISLATIVA - 13ª LEGISLATURA
ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos vinte e quatro dias do mês de abril de um mil novecentos e noventa e seis, reuniu-se na Sala de Reuniões da Assembléia Legislativa do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do Senhor Deputado Joel Coimbra e com a presença dos seguintes Deputados: Eduardo Trevisan, Emerson Nerone, José Maria Ferreira, Walmor Trentini, José Tavares, Antonio Belinati, Irondi Pugliesi, Antonio Annibelli, Geraldo Cartário, César Selme, Carlos Simões, Caíto Quintana e mais os Deputados Sâmis da Silva, Nelson Justus, Valdir Possoni, Irineu Colombo e Algaci

Túlio. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu por aberta a presente reunião, aprovando a ata da reunião anterior, após colocá-la em discussão e votação. Passa a palavra ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembléia Legislativa do Paraná, Deputado Anibal Khury, onde esclarece que sua presença na Comissão não é uma interferência, mas um apelo com relação a duas mensagens do Poder Executivo de suma importância, para a Polícia Militar e Secretaria de Educação. Acredita que tais mensagens devam ser votadas imediatamente, porque há um acordo tácito entre as partes, e diz estar submisso a vontade dos Senhores Deputados para fazer tantas sessões quanto forem necessárias, desde que a CCJ apresente seu parecer hoje. O Senhor Presidente determina que se passe à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei n° 151/96 do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL na forma da Emenda, do Deputado Eduardo Trevisan - APROVADO. O Deputado Antonio Belinati solicita que seja consignado em ata o reconhecimento ao Professor Mário Sérgio e a toda Diretoria da APP, que com muita garra, encampou a luta dos professores em todo Paraná; 02) Projeto de Lei n° 150/96 do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; 03) Proposição de Veto n° 04/96 do Poder Executivo que veta o Projeto de Lei n° 62/95, de autoria do Deputado César Selme. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Antonio Belinati - APROVADO; 04) Projeto de Lei n° 057/96 do Deputado Renato Adur. CONCEDIDO VISTAS ao Deputado Caíto Quintana; 05) Projeto de Lei n° 097/96 do Deputado Eduardo Lacerda Trevisan. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Antonio Annibelli - APROVADO; 06) Projeto de Lei n° 543/95 do Deputado Nelson Tureck. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Antonio Annibelli - APROVADO; 07) Projeto de Lei n° 095/96 do Deputado Walmor Trentini. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Antonio Annibelli - APROVADO; 08) Projeto de Lei n° 124/96 do Deputado Anibal Khury. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Antonio Annibelli - APROVADO; 09) Projeto de Lei n° 73/96 do Deputado Jocelito Canto. O Deputado José Maria Ferreira diz ter um projeto de lei, anterior a esse, que trata da mesma matéria, que ainda não recebeu parecer dessa Comissão. O Deputado José Tavares diz ser o Relator do Projeto de Lei do Deputado José Maria, e sugere que seja diligenciado junto à Secretaria de Justiça para que se manifeste com relação à matéria. O Senhor Presidente determina que seja oficiado, bem como apensado os projetos; 10) Projeto de Lei n° 524/95 do Deputado Walmor Trentini. O Deputado Relator Antonio Annibelli REQUER DILIGÊNCIA - DEFERIDO; 11) Projeto de Lei n° 533/95 do Deputado César Selme. O Deputado Relator Antonio Annibelli, REQUER DILI-

GÊNCIA - DEFERIDO; 12) Projeto de Lei n° 18/96 do Deputado Edno Guimarães. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Antonio Annibelli - APROVADO; 13) Projeto de Lei n° 67/96 do Deputado Luiz Accorsi. CONCEDIDO VISTAS ao Deputado José Maria Ferreira; 14) Projeto de Lei n° 561/95 do Deputado Élio Rusch. CONCEDIDO VISTAS ao Deputado José Maria Ferreira; 15) Projeto de Lei n° 78/96 do Deputado Orlando Pessuti. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Walmor Trentini - APROVADO; 16) Projeto de Lei n° 118/96 do Deputado Cleiton Kielse. O Deputado Walmor Trentini REQUER DILIGÊNCIA - DEFERIDO; 17) Projeto de Lei n° 108/96 do Deputado Eduardo Trevisan. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Walmor Trentini - APROVADO; 18) Projeto de Lei n° 101/96 do Deputado Jocelito Canto. CONCEDIDO VISTAS ao Deputado Walmor Trentini; 19) Projeto de Lei n° 90/96 do Deputado Nelson Garcia. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Geraldo Cartário - APROVADO; 20) Projeto de Lei n° 556/95 do Deputado Luiz Accorsi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Geraldo Cartário - APROVADO; 21) Projeto de Lei n° 27/96 do Deputado Luiz Accorsi. CONCEDIDO VISTAS ao Deputado Walmor Trentini; 22) Projeto de Lei n° 80/96 do Deputado Orlando Pessuti. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Caíto Quintana - APROVADO; 23) Projeto de Lei n° 84/96 do Deputado Edgar Bueno. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Caíto Quintana - APROVADO; 24) Projeto de Lei n° 106/96 do Deputado Eduardo Trevisan. O Deputado Relator, Caíto Quintana REQUER DILIGÊNCIA - DEFERIDO; 25) Projeto de Lei n° 423/95 do Deputado Eduardo Trevisan. APROVADO o voto em separado do Deputado Caíto Quintana - DILIGÊNCIA; 26) Projeto de Lei n° 83/96 do Deputado Anibal Khury. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Tavares - APROVADO; 27) Projeto de Lei n° 507/95 do Deputado Irineu Colombo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Emerson Nerone. O Deputado Caíto Quintana chama atenção dos demais membros para a remuneração da diretoria dos sindicatos e é requisito para declarar uma entidade como de Utilidade Pública. O Deputado José Maria Ferreira diz que essa Comissão deve definir alguns parâmetros, porque já votou-se aqui nessa Casa projetos de Utilidade Pública de sindicatos e foram aprovados. O Senhor Presidente esclarece que o parâmetro se dá na votação, com todos os Deputados, que a Comissão de Justiça tem por parâmetro a lei. APROVADO o parecer FAVORÁVEL do Deputado Emerson Nerone, com voto contrário dos Deputados Geraldo Cartário e Eduardo Trevisan. O Deputado Geraldo Cartário pede que consigne em ata que o PT apresentou parecer CONTRÁRIO à legislação em vigor, pois trata-se de matéria inconstitucional; 28) Projeto de Lei n° 105/95 do Deputado Péricles Mello. Pa-

recer FAVORÁVEL à Emenda, do Deputado Emerson Nerone - APROVADO; 29) Projeto de Lei n° 38/96 do Deputado Antonio Belinati. CONCEDIDO VISTAS ao Deputado Walmor Trentini; 30) Projeto de Lei n° 100/96 do Deputado Eduardo Trevisan. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Tavares - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrado os trabalhos, dos quais para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, Advogada e secretária da Comissão.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
Ana Lúcia Andretta - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
13.^a LEGISLATURA - 2.^a SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 1.^a REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos dezessete dias do mês de abril de um mil novecentos e noventa e seis, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Senhor Deputado Joel Coimbra e com a presença dos seguintes Deputados: Caíto Quintana, Cesar Selme, Luiz C. Romanelli, Basílio Zarusso, Irondi Pugliesi, Walmor Trentini, Carlos Simões, Geraldo Cartário, José Tavares, Nelson Justus. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu por aberta a presente reunião, aprovando a ata da reunião anterior após colocá-la em discussão e votação. O Senhor Presidente solicita aos Deputados que relatam preferencialmente os projetos com regime de urgência, cumprindo assim o regimento interno. Passa-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei n° 542/95 do Deputado Nelson Tureck. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Caíto Quintana - APROVADO; 02) Proposição Veto n° 041/95 do Poder Executivo que veta o Projeto de Lei n° 107/95, de autoria do Deputado Carlos Simões. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Caíto Quintana - APROVADO; 03) Projeto de Lei n° 041/96 do Deputado Anibal Khury. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Caíto Quintana - APROVADO; 04) Projeto de Lei n° 558/95 do Deputado Sâmis da Silva. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Caíto Quintana - APROVADO; 05) Projeto de Lei n° 001/96 do Deputado Anibal Khury. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz C. Romanelli - APROVADO; 06) Proposição Veto n° 006/96 do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz C. Romanelli - APROVADO; 07) Projeto de Lei n° 554/95 do Deputado Ricardo Chab. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz C. Romanelli. APROVADO; 08) Projeto de Lei n° 016/96 do Deputado Geraldo Cartário. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz C. Romanelli - APRO-

VADO; 09) Projeto de Lei n° 004/96 do Deputado José Maria Ferreira. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz C. Romanelli - APROVADO; 10) Projeto de Lei n° 281/95 do Deputado Durval Amaral. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz C. Romanelli - APROVADO; 11) Projeto de Resolução n° 002/96 do Deputado Anibal Khury. CONCEDIDO VISTAS ao Deputado Nelson Justus. 12) Projeto de Lei n° 228/95 do Deputado Durval Amaral. Parecer FAVORÁVEL à Emenda de Plenário, do Deputado Luiz C. Romanelli - APROVADO; 13) Projeto de Lei n° 002/96 do Deputado Caíto Quintana. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz C. Romanelli - APROVADO; 14) Projeto de Lei n° 535/95 do Deputado Eduardo Trevisan. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Basílio Zanusso - APROVADO; 15) Projeto de Lei n° 019/96 do Deputado Cesar Seleme. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Basílio Zanusso - APROVADO; 16) Projeto de Lei n° 008/96 do Deputado Walmor Trentini. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Basílio Zanusso - APROVADO; 17) Projeto de Lei n° 014/96 do Deputado Marquinhos Alves. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Basílio Zanusso - APROVADO; 18) Projeto de Lei n° 037/96 do Deputado Algaci Túlio. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Basílio Zanusso - APROVADO; 19) Projeto de Lei n° 065/96 do Deputado Luiz Accorsi. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Basílio Zanusso - REJEITADO; 20) Projeto de Lei n° 064/96 do Deputado Valdir Rossoni. Parecer FAVORÁVEL da Deputada Irondi Pugliesi - APROVADO; 21) Projeto de Lei n° 070/96 do Deputado Walmor Trentini. Parecer FAVORÁVEL da Deputada Irondi Pugliesi - APROVADO; 22) Projeto de Lei n° 031/96 do Deputado Luiz Carlos Zuk. Parecer FAVORÁVEL da Deputada Irondi Pugliesi - APROVADO; 23) 052/96 do Deputado Elío Lino Rusch. Parecer FAVORÁVEL da Deputada Irondi Pugliesi - APROVADO; 24) Projeto de Lei n° 505/95 do Deputado Luiz Accorsi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Walmor Trentini - APROVADO; 25) Projeto de Lei n° 003/96 do Deputado Florisvaldo Fier. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Walmor Trentini - APROVADO; 26) Projeto de Lei n° 319/95 do Deputado Algaci Túlio. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Walmor Trentini - APROVADO; 27) Projeto de Lei n° 060/96 do Deputado Luiz Carlos Martins. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 28) Projeto de Lei n° 048/96 do Deputado Eduardo Trevisan. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 29) Projeto de Lei n° 051/96 do Deputado Albanor José Ferreira Gomes. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 30) Projeto de Lei n° 029/96 do Deputado Luiz C. Romanelli. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 31) Proposição Veto n° 07/96 que veta parcialmente o Projeto de Lei n° 81/95 do Deputado Ângelo

Vanhoni. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 32) Projeto de Lei n° 56/96 dos Deputados Nelson Túreck e Walmor Trentini. CONCEDIDO VISTAS ao Deputado Luiz C. Romanelli; 33) Projeto de Lei n° 564/95 do Deputado Anibal Khury. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Geraldo Cartário - APROVADO, com voto em separado do Deputado Walmor Trentini; 34) Projeto de Lei n° 49/96 do Deputado Eduardo Trevisan. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Geraldo Cartário - APROVADO; 35) Projeto de Lei n° 63/96 do Deputado Nelson Justus. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Geraldo Cartário - APROVADO; 36) Projeto de Lei n° 555/95 do Deputado Eduardo Trevisan. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Geraldo Cartário - APROVADO; 37) Projeto de Lei n° 20/96 do Deputado Cesar Seleme. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Geraldo Cartário - APROVADO; 38) Projeto de Lei n° 10/96 do Deputado Walmor Trentini. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Geraldo Cartário - APROVADO; 39) Proposição Veto n° 05/96 do Poder Executivo que veta o Projeto de Lei Complementar n° 80/95 dos Deputados Ângelo Vanhoni e Algaci Túlio. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Geraldo Cartário - APROVADO; 40) Projeto de Lei n° 09/96 do Deputado Walmor Trentini. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Geraldo Cartário - APROVADO; 41) Projeto de Lei n° 44/96 do Deputado Valdir Rossoni. Parecer FAVORÁVEL do Deputado César Seleme - APROVADO; 42) Projeto de Lei n° 53/96, do Deputado Eduardo Trevisan. Parecer FAVORÁVEL do Deputado César Seleme - APROVADO; 43) Projeto de Lei n° 06/96, do Deputado Walmor Trentini. Parecer FAVORÁVEL do Deputado César Seleme - APROVADO; 44) Projeto Veto n° 10/96, do Poder Executivo que veta o Projeto de Lei n° 123/95, do Deputado João Tecchy. Parecer FAVORÁVEL do Deputado César Seleme - APROVADO; 45) Projeto de Lei n° 122/96, do Deputado Durval Amaral. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Tavares - REJEITADO por 7x2 votos; 46) Projeto de Lei n° 559/95, do Deputado Florisvaldo Fier. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Tavares - APROVADO; 47) Projeto de Lei n° 423/95, do Deputado Eduardo Trevisan. CONCEDIDO VISTAS ao Deputado Caíto Quintana; 48) Proposição Veto n° 48/95, do Poder Executivo que veta o Projeto de Lei n° 480/95, do Tribunal de Justiça. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Tavares - APROVADO; 49) Projeto de Lei n° 258/95, do Deputado Renato Adur. Parecer CONTRÁRIO do Deputado José Tavares - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrado os trabalhos.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

Ana Lúcia Andretta - Secretária

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e três dias do mês de abril de um mil novecentos e noventa e seis, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Senhor Deputado Joel Coimbra e com a presença dos seguintes Deputados: Valdir Possoni, Irineu Colombo, Antonio Annibelli, Caíto Quintana, Emerson Nerone, Geraldo Cartário, Irondi Pugliesi, José Maria Ferreira, Luiz Claudio Romanelli, Nelson Justus, José Tavares e Walmor Trentini. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu por aberta a presente reunião, aprovando a Ata da reunião anterior após colocá-la em discussão e votação. O Senhor Presidente solicita aos Deputados que relatam preferencialmente os Projetos com regime de Urgência, cumprindo assim o Regimento Interno. Passa-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 071/96, dos Deputados Renato Adur e Anibal Khury. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nelson Justus - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 085/96, do Deputado Luiz Carlos Zuk. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nelson Justus - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 109/96, do Deputado Eduardo Trevisan. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nelson Justus - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 036/96, do Deputado Caíto Quintana que dá nova redação ao Art. 1º da Lei nº 11.254, de 21 de dezembro de 1995. CONCEDIDO VISTAS ao Deputado José Tavares; 05) Projeto de Lei nº 093/96, do Deputado José Tavares. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Maria Ferreira - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 050/96, do Deputado Albanor Gomes. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Maria Ferreira - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 047/96, do Deputado Eduardo Trevisan. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Maria Ferreira - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 560/95, do Deputado Florisvaldo Fier. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Maria Ferreira - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 046/96, do Deputado Luiz Claudio Romanelli. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Maria Ferreira - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 030/96, do Deputado Algaci Túlio. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Maria Ferreira - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 104/96, do Deputado Eduardo Trevisan. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Maria Ferreira - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 089/96, do Deputado Ricardo Chab. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Maria Ferreira - APROVADO; 13) Projeto de Lei nº 532/95, do Deputado Augustinho Zucchi. CONCEDIDO VISTAS ao Deputado Emerson Nerone; 14) Projeto de Lei nº 123/96, do Deputado Algaci Túlio. Parecer FAVORÁVEL da Deputada Irondi Pugliesi - APROVADO; 15) Projeto de Lei nº

107/96, do Deputado Eduardo Trevisan. Parecer FAVORÁVEL da Deputada Irondi Pugliesi - APROVADO; 16) Projeto de Lei nº 075/96, do Deputado Antonio Belinati. Parecer FAVORÁVEL da Deputada Irondi Pugliesi - APROVADO; 17) Projeto de Lei nº 116/96, de autoria do Tribunal de Justiça. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Tavares. O Deputado Luiz Claudio Romanelli faz uso da palavra para dizer que encaminhou cópia do presente Projeto à Sub-Sessão da OAB - Seção Curitiba, a qual preparou-o para apresentar emendas no Plenário. O Deputado Geraldo Cartário fala que o Tribunal de Justiça deve ser transparente e ter critérios. Não se pode aprovar projetos que dê poder a todas as Comarcas. O Deputado José Tavares diz que participou de uma reunião da Comissão Especial de Desembargadores e na oportunidade teve condições de ouvir que serão instalados os Juizados por ordem nas grandes Comarcas. O Senhor Presidente esclarece que não teve tempo para convidá-los para expor na Comissão, mas fez contato com o Presidente dos Magistrados e Presidente do Ministério Público, onde obteve informações de que estão fazendo levantamento para tratar da questão da despesa. Cabe à Assembléia Legislativa do Paraná concordar ou apresentar uma proposta melhor. O Deputado José Maria Ferreira crê na importância da matéria acima da urgência e sugere que seja solicitado informações complementares. O Deputado Emerson Nerone diz que essas informações devem ser com relação à despesa. O Deputado José Tavares esclarece que no Projeto de Lei está fixado o valor das despesas, a criação do Fundo Estadual para Juizados Especiais e a Constituição das receitas do Fundo, que é através das custas, tabela instituída pela Lei nº 6.149 ora aprovada nessa Casa de Leis. O Deputado Luiz Claudio Romanelli diz que o Projeto abre um crédito suplementar. O Deputado Caíto Quintana diz que deve mudar esse esquema de votar "no afogadilho", acreditando que possam tratar dessa matéria na próxima reunião. O Deputado José Tavares sugere que não seja votado hoje, nem em 48 horas, mas na próxima reunião, com a presença do Senhor Corregedor da Justiça. O Senhor Presidente, após ouvir o Plenário determina que o Projeto de Lei irá à votação na próxima terça-feira onde até lá fará os ofícios necessários. 18) Projeto de Lei nº 088/96, do Deputado Algaci Túlio. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Antonio Belinati - APROVADO; 19) Projeto de Lei nº 125/96, do Deputado Jocelito Canto. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Antonio Belinati - APROVADO; 20) Projeto de Lei nº 024/96, do Deputado Luiz Accorsi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Antonio Belinati - APROVADO; 21) Projeto de Lei nº 099/96, do De-

putado Eduardo Trevisan. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Antonio Belinati - APROVADO; 22) Projeto de Lei n° 096/96, do Deputado Eduardo Trevisan. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Antonio Belinati - APROVADO; 23) Projeto de Lei n° 397/95, do Deputado Luiz Carlos Zuk. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Antonio Belinati - APROVADO; 24) Projeto de Lei n° 544/95, do Deputado Nelson Tureck. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Antonio Belinati - APROVADO; 25) Projeto de Lei n° 013/96, do Deputado João Techy Filho. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Antonio Belinati - APROVADO; 26) Projeto de Lei n° 067/96, do Deputado Luiz Accorsi. CONCEDIDO VISTAS ao Deputado Caíto Quintana; 27)

Projeto de Lei n° 007/96, do Deputado Walmer Trentini. CONCEDIDO VISTAS ao Deputado Emerson Nerone; 28) Projeto de Lei n° 025/96, do Deputado Luiz Accorsi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Antonio Belinati - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrado os trabalhos, dos quais para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes e por mim, Ana Lucia Andretta, Advogada e Secretária da Comissão.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
Ana Lúcia Andretta - Secretária